

ISRAEL E A TERRA PROMETIDA

Prof. Esp. Antonio Macedo dos Santos

Graduado em Filosofia pela PUCPR e em Teologia pela PFT “Marianum” (Roma 2014), onde fez também especialização em Mariologia. Professor da disciplina “História de Israel” na Faculdade Diocesana São José – FADISI, Rio Branco, AC. e-mail: profantoniomacedo@gmail.com.

RESUMO: Este artigo aborda o tema de Israel na Palestina a partir de três perspectivas. Primeiramente, uma perspectiva arqueológica, pois contém algumas informações acerca do Oriente Antigo, local onde encontramos a região da Palestina, na qual o Povo de Deus se instalou após o Êxodo. Depois, uma perspectiva de tipo histórico, onde serão colocadas à luz as reações e as relações de Israel com os povos que já habitavam aquela região. Finalmente, uma perspectiva de cunho teológico: a Palestina é necessariamente a Terra Prometida?

PALAVRAS-CHAVE: Oriente Antigo. Israel. Terra Prometida.

INTRODUÇÃO

Lugar decisivo na História de Israel ocupa a sua entrada na Palestina. O Objetivo deste artigo é então apresentar algumas reflexões e provocar outras acerca do entrelaçamento entre o Povo de Deus e esse território tão determinante na sua história. Este entrelaçamento pode ser estudado por diversas perspectivas. Neste artigo trataremos o tema a partir de três perspectivas.

Primeiramente uma arqueológica. Sabemos que a Palestina está no chamado “Oriente Médio”, mas que lugar é esse? Quais outros povos habitavam por lá antes e durante o ingresso de Israel? Em Segundo lugar, partiremos de uma perspectiva histórica, considerando alguns elementos culturais daquele lugar naquele tempo; nos perguntaremos quais foram os desafios que o povo de Deus encontrou quando chegou na Palestina.

Finalmente, discorreremos sobre o tema a partir de uma perspectiva teológica: a Palestina é a Terra Prometida?

É importante conhecermos esta problemática porque nas últimas décadas, especialmente após a II Guerra Mundial, houve uma revisão muito grande dos conceitos sobre os hebreus. Não só a teologia ou a filosofia, mas também o cinema, a literatura e outras manifestações culturais reservam espaço para a reflexão sobre o este povo dono de uma história tão singular. Havendo essas informações preliminares podemos iniciar nossas reflexões.

1. PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA: O ORIENTE ANTIGO

1.1 O que é o Oriente Antigo?

O “Oriente” não é um conceito da geografia física, como nem mesmo o são as denominações “Oriente Antigo”, “Oriente Próximo” ou “Oriente Médio” que fazem referência com qualquer variação à mesma área. Quando nos referimos ao mundo oriental antigo devemos pensar na Palestina, Síria, Arábia, Anatólia, Mesopotâmia, Irã e *incluir* o Egito (cf. SODEN, 1988, p. 19). Olhando o complexo desta área podemos considerar que o deserto árabe funciona como sustentamento, pois perto dele, como um semi-círculo, se abre a “meia-lua fértil”. Esta era constituída pelos vales egípcios e mesopotâmicos que a faixa siro-palestinense unia. Era a zona fértil do Oriente Próximo (cf. SONDEN, 1988, p. 19; MOSCATI, 1978, pp. 16-17).

Faltava no Oriente Antigo uma força dominante. Existiam elementos comuns entre as culturas, todavia as diferenças entre elas eram mais fortes e as fronteiras muito instáveis. Contudo, temos a tendência de pensar no Egito como cultura dominante. Isto porque o Egito criou, com o hieróglifo, um sistema de escrita próprio e exclusivo e por muitos aspectos conheceu um desenvolvimento independente. Por isso tornou-se um *hábito* corrente atribuir esta civilização ao Oriente Antigo. Mas isto somente no sentido amplo do

termo. Nenhum povo do oriente prevaleceu de modo duradouro. A primazia de cada um deles pode ser considerada uma fase – a fase deles – mas não toda a história. De modo que a realidade do Oriente Antigo está na complexidade e na síntese (cf. SODEN, 1988, p. 19, MOSCATI, pp. 16-17) Mas quais eram estes povos?

1.2 Os povos do Oriente Antigo

Trata-se de uma questão em debate. Os documentos que conhecemos são lacunosos. Para a Ásia anterior fala-se dos Indoares, povo formado de tribos provenientes do Irã. Este povo teria chegado na Mesopotâmia em meados do século XV. Foram eles que fundaram a dinastia Mitânica, que foi por algum tempo uma potência do Oriente. A importância deste povo é, ainda hoje, difícil de ser valorada, porque a língua deles é conhecida só por nomes e outras poucas palavras presentes nas línguas e palavras cuneiformes. Outros povos seriam os Medos, Cimeros e Persianos, chegados na região, ao que parece, no século X (cf. SODEN, 1988, p. 45).

Quanto à Ásia Menor os dados são mais atendíveis do ano 2000 em pois. Os dados, todavia, não são atendíveis ao ponto de identificar já naquele tempo quais povos lá habitavam e quais línguas eram faladas. Para Soden, na Anatólia do norte, nestes mesmos anos, eram estabelecidos desde algum tempo os povos Hático e Protoático, cuja língua aglutinada é conhecida somente por alguns fragmentos que estavam na capital hetea Hatusa. Neste mesmo período chegaram na Anatólia grupos indo-europeus que provinham do oeste e do leste que após o 1800 assujeitaram amplas partes do país, sem que se sobrepusessem aos habitantes nativos. Eram os Luvos, Palaicos e os Heteus (cf. SODEN, 1988, pp. 45-54).

Relativamente ao século XIII existem, segundo Soden, ricos arquivos, especialmente em Hatusa, capital do reino dos heteus. Contudo, após o ataque

promovido pelos “povos do mar”¹, ocorrido em meados do 1200, ficou apagada, por muito tempo, qualquer tradição. O povo de Israel ocupa um lugar especial. Esta especialidade se dá particularmente porque é o povo portador da mais antiga religião revelada. O Oriente Antigo para os Hebreus é o mundo da Bíblia (cf. SODEN, 1988, pp. 19.71).

Segundo os cálculos mais recentes, o êxodo de Israel do Egito, bem como sua peregrinação no deserto, teofania e Aliança sinaíta, entrada e conquista em Canaã com Josué, ocorreram no século XIII. Trata-se de um período movimentado, pois depois do século XIV o sistema dos estados do Oriente Antigo sofreu uma grande mudança política. Esta foi efeito, de um lado, da expansão do Egito e, de outro, da expansão do reino Mitânico. De acordo com Soden, os estados que se localizavam na região da Síria-Palestina, como Jerusalém – na época pertencente aos Jebuseus –, Byblos, Aleppo, etc., terminaram como vassalos do Egito. Os estados que estavam em território setentrional da Síria, ao invés, terminaram como vassalos do reino Mitânico. Os reis e príncipes destes territórios tentaram sair desta situação difícil, sobretudo aqueles que se encontravam na zona central, entre as duas potências. Foram derrotados (cf. SODEN, 1988, p. 71).

É neste ambiente – precisamente na Palestina – que Israel se estabelece após o Êxodo. Gera uma interessante reflexão perguntar-se quais foram as impressões das tribos israelitas quando entraram em contato com as populações que já estavam ali.

¹ Quem foram os “povos do mar” é uma pergunta ainda não respondida com certeza. Há 50 anos do ingresso de Israel nas terras da Palestina (+/- 1240 a.C.) uma faixa da costa sul de Canaã foi invadida por tais povos. Eles provinham do Mediterrâneo. Os habitantes semitas de Canaã e os hebreus virão nestes povos um forte inimigo de guerra e foram obrigados a se prepararem militarmente para enfrentá-los, porque eles usavam armas de ferro. Uma tecnologia que os faziam quase invencíveis. Foram depois chamados de Filisteu e conquistaram, muitas antigas cidades do Oriente (cf. BROWN – NORTH, 1973, p. 1667).

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA: ISRAEL NA REGIÃO DA PALESTINA

Segundo M. Noth, quando as tribos israelitas se estabeleceram na Palestina, dedicando-se principalmente à agricultura e agrupando-se em “cidades” ou aglomerados urbanos, a forma de vida delas aproximou-se muito àquelas da população cananea. Na verdade, “cananea” ou “Canaã” funcionam como substantivos coletivos, pois designam muitas populações – sem fazer as diferenças étnicas entre elas – que viveram no dito território no período pré-israelítico. Esta população, mesmo vivendo sobretudo em particulares zonas do país, era, aqui e acolá, presente também nas montanhas ocupadas pelos israelitas. Em muitos lugares geraram-se boas relações de vizinhança entre Israel e estas populações. Isto fez com que, no passar dos tempos, criassem-se entre eles determinadas relações. Relações variáveis segundo o lugar e a época (cf. NOTH, 1975, pp. 175-176).

Para estas tribos, que provinham de um ambiente muito diferente, o modo de viver cananeu era uma coisa estranha. Isto vale menos para os círculos israelitas mais abertos, ou seja, menos observantes das mais antigas tradições. A civilização urbana que os israelitas encontraram pareceu-lhes estranha, porque eles estavam acostumados com a simplicidade. Eles, como acenamos acima, se dedicaram à agricultura e à criação de animais. Passaram depois a considerar “cananeu” o interesse, característico da civilização urbana, pela indústria, pelo comércio e pelo lucro. Isto se perpetuou, porque em época mais recente comerciantes e mercadores viciados em Israel eram chamados de “cananeus” (cf. Is 23,8; Os 12,8; Jó 40,30). Os israelitas consideravam estas atividades inconvenientes ao seu caráter. Eles se espantaram também com a modalidade de guerrear destas cidades, que já usavam carros armados e outros tipos de equipamentos. Eram habituados a combater a pé e com armas por eles mesmos produzidas. Por causa disto eles se sentiam inferiores em princípio e evitaram conflitos com estas populações (cf. NOTH, 1975, pp 176-177).

De acordo com M. Noth, o modo de viver cananeu era conexo, em boa parte, com o caráter particular de sua religiosidade, repugnada pela maioria dos israelitas que tentavam aderir à *Tôrah*. Junto aos cananeus floresciam os cultos, antiquíssimos, a uma divindade feminina que dispensava fecundidade. Era a deusa *Astarte*. Tinha um deus mais jovem, que representava o nascimento-morte anual da vegetação. Chamava-se *Adon*. Nestes cultos eram presentes as cerimônias de “matrimônio sacro”, em lugares santos, com as representações das divindades. Era a chamada “prostituição sacra”. Somemos a isto, nas suas muitas formas, o culto a *Baal* (senhor) e ao deus supremo, *El* (cf. NOTH, 1975, p. 178; MOSCATI, 1976, p. 211)².

Não obstante estas notáveis dificuldades existia a necessidade de se relacionar com este ambiente. Tornando-se sedentários os israelitas tiveram que mudar profundamente o modo de viver, “visto que o mundo da imaginação e das ideias é estreitamente unido com o modo de viver” (NOTH, 1975, p. 78, [trad. minha]). Isto não significa uma “cananeização”, porque partilhar o ambiente do outro não indica ser como o outro. Talvez o ponto mais sensível nesta forte aproximação entre os hebreus e as cananeus seja o religioso. De fato, Noth observa que basta pensarmos no culto para fazermos uma ideia. Já o fato que as tribos israelitas praticassem o culto em antigos santuários do país demonstra que elas acolheram algumas tradições locais (cf. NOTH, 1975, pp. 178-179)

Não devemos nos impressionar que Israel não tenha tido somente relações hostis com os outros povos daquelas terras. No que diz respeito ao comércio e à vizinhança muitas vezes foi encontrado uma harmonia entre Israel e outros povos, porque uma das duas partes se submetia, mais ou menos

² Ao pé da letra, “Baal” pode significar “patrão”, “marido” ou “proprietário”. Era, como dizíamos acima, um culto muito variado. “Baal” era o deus do céu, que dava fecundidade à terra e às mulheres. Existia este “Baal” do céu, o mais importante, e outros Baals inferiores, que eram também ligados à fecundidade. No AT o substantivo “ídolo(s)” se refere, na maioria das vezes, aos Baal. Os profetas tiveram que lutar muito para solidificar a fé dos israelitas em YHWH como seu único Deus (cfr. 2Reis 18,18-40; Is 48,5, etc.). Foi só depois do exílio que o monoteísmo puro enraizou-se em Israel (Cf. WIÉNER 1965, pp.457-459; RÖMER-MACCHI-NIHAN, 2007, p. 651; CODA, 2009, p. 25).

de boa vontade, à outra. Obviamente não foram sempre pacíficas as relações e guerras existiram, mas foram acontecimentos pouco frequentes. Noth sublinha que o fato de os senhores aristocratas terem mantido os seus domínios é sinal que as tribos israelitas, vizinhas incômodas, não os atacaram (cf. NOTH, 1975, p. 179).

Com o correr do tempo as coisas iam se ajeitando. Todavia, a Palestina, no seu lado oriental era aberta às incursões dos nômades do deserto, que não visavam viver nos territórios cultiváveis, mas queriam só tomar posse dos seus produtos. Este fenômeno tornou-se realmente perigoso quando os camelos foram domesticados. A domesticação dos camelos aconteceu, segundo as fontes literárias e arqueológicas, no ano 1100, pouco antes que Israel entrasse nas terras palestinas (cf. NOTH, 1975, p. 179; MALY, 1973, p. 41).

Começou-se um novo estilo de vida beduína. Vindos do deserto, os madianitas são um exemplo destes beduínos (cfr. Jz 6-8). Os madianitas eram evidentemente um importante grupo de tribos que ocupava uma superfície bastante extensa no deserto a leste e a sul da Palestina. Um dia eles começaram a penetrar profundamente na Palestina com os seus camelos, chegando até a costa. Estas incursões aconteciam só quando as roças tinham já dado seus frutos. Eles alimentavam os seus camelos nos campos e levavam embora a produção e as criações que não haviam destruído nas incursões. As regiões que mais sofriam eram as planícies férteis como Izreel (cf. Jz 6,33), mas nem mesmo os territórios israelitas nas montanhas eram poupados. Estas incursões, que por um certo período se repetiu a cada ano, difundiu no país um extraordinário terror, porque o aparecimento de nômades que se moviam rapidamente com seus camelos era uma coisa nova e sinistra (cf. NOTH, 1975, pp. 199-201).

Nos primeiros tempos, a existência de Israel não foi ameaçada nem pelos cananeus e nem por estes incursores nômades. A verdadeira ameaça vinha do norte. Era a Filisteia, que entrou no país quase contemporaneamente a Israel. Os filisteus se instalaram na planície costeira e constituíam a classe

dominante de numerosas antigas cidades. Depois descarregaram suas forças sobre os territórios das cidades estados cananeias. Eles tentaram ainda controlar todo o país. Foi este fato que fez Israel competir com eles pela supremacia na Palestina. Assim Israel aperfeiçoou a própria potência político-militar, à qual até aquele momento não tinha pensado. Quando a Filisteia não era ainda forte, Israel não se preocupou em resolver os conflitos com os povos vizinhos em comunidade. Se fosse necessário as tribos que estavam próximas se juntavam para tutelar um comum interesse, mas não toda a liga tribal. Como não existem notícias disto, conclui-se que até aquele momento não ocorreu nada de símil (cf. BROWN-NORTH, 1973, p. 1667).

A região foi amada pelos israelitas desde o momento em que eles se instalaram nela. A final era o cumprimento da promessa de Deus. Assim, podemos considerá-la de um perspectiva teológica.

3. PERSPECTIVA TEOLÓGICA: A TERRA PROMETIDA

Podemos começar este ponto de nossa reflexão nos perguntando como se justifica a invasão de um território alheio, a conquista pela força, a matança de reis e populações que o narrador, no livro de Josué, parece mesmo comemorar? Trata-se de um problema ético.

Segundo Schökel, já se respondeu que não houve tal conquista violenta e nem matanças coletivas e que os israelitas se defenderam, talvez excessivamente, quando foram agredidos pelos reis locais com os quais deviam conviver. Mas, prossegue o renomado exegeta, se as coisas foram mais pacíficas que violentas, por que aureolar Josué, por exemplo, com um círculo de sangue inocente? Ainda por cima atribuir tudo a Deus, que dá ordens e assiste à execução? Em que sentido YHWH é um Deus libertador? Havendo um território pacificamente habitado e cultivado pelos cananeus: com que direito os israelitas se apoderam dele, desalojando seus donos forçosamente? A

resposta do livro de Josué, que trata da conquista da Terra, é que Deus o entrega a eles. Resposta muito difícil de ser entendida, segundo Schökel (cf. 2006, p. 367).

De qualquer modo, os antigos também sentiram a dificuldade do problema. Diziam que estas populações estavam sendo castigadas por seus pecados; o pecado tornou-as indignas da Terra: “Não vos torneis impuros com nenhuma dessas práticas, foi por elas que se tornaram impuras as nações que expulsou diante de vós”, diz o Lv 18,24.

Schökel faz uma reflexão profunda sobre este tema. Aludindo aos fatos de nossa vida cotidiana, ele nos lembra que as leis, muitas vezes, retiram dos pais o pátrio poder sobre os filhos, mas quem tem poder para julgar os casos e executar as leis? Humanamente seria uma instância supranacional reconhecida. Para um olhar transcendente, Deus tem essa autoridade. E como ele executa as setenças? Muitas das vezes “deixando agir a dialética da história, aceitando, embora não justificando, a execução humana inábil de um desígnio superior. Atribuir a Deus a execução é como se dissessemos: ‘Agia como Deus’” (Cf. SCHÖKEL, 2006, p. 367).

O povo de Israel é escolhido por Deus no *estágio cultural* em que se encontra e é conduzido por um *processo de amadurecimento*. Talvez seja exatamente esse processo de amadurecimento, conduzido lentamente, que fez surgir a ideia corrente entre os teólogos e biblistas de que a Terra Prometida é uma espécie de *princípio teológico*. Nesse sentido, a Terra Prometida, numa nova linha de reflexão hebraica, é a *Tôrã*, a Palavra de Deus. A *Tôrã*, a Palavra, é a “pátria móvel” de cada hebreu³.

³ Este último paragrafo contém informações que foram apreendidas em apontamentos de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma terra cheia de histórias e culturas no seu DNA. Uma terra que contribuiu para a formação de grandes tradições de fé e literatura. Trata-se de um problema bem mais amplo do que a delimitação de um território num mapa. Existe, paralelo à posse dessa terra, um significado identitário, melhor ainda, existencial, que aponta para o que de mais profundo há na vida de fé: um caminho para amadurecer a mensagem de Deus.

Cabe-nos aqui, partindo do que pudemos contatar, fazer novas perguntas sobre este problema da terra: Será que existe uma consciência madura de que a terra que Deus reservou para seu povo é a Sua própria Palavra? As discussões políticas e bélicas de hoje relativas a este território levam em relação as novas linhas de interpretação da religião sobre a posse da terra? Num ambiente mais cristão, que espaço se dá ao tema na catequese, nas celebrações e nos âmbitos acadêmicos?

Como podemos ver, o campo de perguntas é vasto, porque a problemática é vasta e ainda está em processo de amadurecimento história a fora...

SANTOS, A. M. *Israel e a Terra Prometida* in *Logos: Revista de iniciação científica da Faculdade Diocesana São José*. Rio Branco, AC, jan/jun 2016, n.º. 6, p. 59-70

REFERÊNCIAS

SCHÖKEL, L. A., *Bíblia do Peregrino*, Paulus, São Paulo 2006².

BROWN, R. E. – NORTH, R., *Geografia bíblica* 73:71-72, in *Grande Commentario Biblico*, a cura di R. E. BROWN – J. A. FITZMYER – R. E. MURPHY, Queriniana, Brescia 1973, pp. 1652-1776.

CODA, P., *Dio uno e trino*. Rivelazione, esperienza e teologia del Dio dei cristiani, San Paolo, Cinisello Balsamo, 2009⁶.

MOSCATI, S., *Antichi imperi d'Oriente*, Newton Compton, Roma 1978.

NOTH, M., *Storia d'Israele*, Paideia, Brescia 1975.

RÖMER, T., – MACCHI, J.D., – NIHAN, C., *Guida di lettura all'Antico Testamento*, EBD, Bologna 2007.

SODEN, W VON., *Introduzione all'orientalistica antica*, Paideia, Brescia 1988.

WIÉNER, C., *Idoli*, in *Dizionario di teologia biblica*, a cura di LEON-DUFOR, X., ET ALII, Marietti, Casale 1965, pp. 531-534.